Louvor n.º 1339/2005. — Ao cessar funções de secretário-geral do Ministério da Administração Interna, louvo publicamente a licenciada Maria Natália da Silva e Cunha, directora de Serviços dos Processos Especiais da Secretaria-Geral, que no exercício das suas funções demonstrou elevado espírito de colaboração e lealdade, competência e sentido de missão. Cumpre-me salientar e enaltecer a excelência do trabalho que desenvolveu.

Por tudo o que ficou expresso, é de inteira justiça que lhe manifeste o meu elevado reconhecimento e público louvor.

29 de Julho de 2005. — O Secretário-Geral, *Fortunato Jerónimo Dias de Almeida*.

Louvor n.º 1340/2005. — Ao cessar funções de secretário-geral do Ministério da Administração Interna, cumpre-me relevar o profissionalismo, a responsabilidade, a disponibilidade e a competência da assistente administrativa especialista Teresa Maria Ramirez Nunes Garcia pela eficácia como sempre soube assegurar o funcionamento do meu gabinete.

Por estas razões é de toda a justiça conceder-lhe público louvor.

29 de Julho de 2005. — O Secretário-Geral, *Fortunato Jerónimo Dias de Almeida*.

Louvor n.º 1341/2005. — Ao cessar funções de secretário-geral do Ministério da Administração Interna, cumpre-me relevar o profissionalismo, a dedicação, a colaboração e a competência da técnica profissional especialista principal Maria de Lourdes Louro Velez Frazoa Coutinho pela eficácia como sempre soube assegurar o funcionamento do meu gabinete.

Por estas razões é de toda a justiça conceder-lhe público louvor.

29 de Julho de 2005. — O Secretário-Geral, *Fortunato Jerónimo Dias de Almeida*.

Louvor n.º 1342/2005. — Ao cessar funções de secretário-geral do Ministério da Administração Interna, cumpre-me registar o empenho e eficácia no trabalho desenvolvido pela licenciada Paula Cristina Dias Pedro de Moura Nogueira enquanto chefe de divisão da Direcção de Serviços de Processos Especiais, caracterizado pela permanente disponibilidade e elevado espírito de colaboração e organização.

É por isso merecedora do meu apreço, pelo que é de toda a justiça conceder-lhe público louvor.

29 de Julho de 2005. — O Secretário-Geral, *Fortunato Jerónimo Dias de Almeida*.

Louvor n.º 1343/2005. — Ao cessar funções de secretário-geral do Ministério da Administração Interna, cumpre-me destacar o trabalho desenvolvido no meu gabinete pela auxiliar administrativa Matilde do Carmo Antunes Mendes Patrício.

Extremamente diligente e responsável, desempenhou de forma competente e com eficácia as tarefas que lhe foram atribuídas, tornando-se credora do meu apreço, pelo que me é grato conceder-lhe público louvor.

29 de Julho de 2005. — O Secretário-Geral, *Fortunato Jerónimo Dias de Almeida*.

Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana

Chefia do Serviço de Pessoal

Aviso n.º 7290/2005 (2.ª série). — Por despacho do 2.º comandante-geral de 21 de Julho de 2005 (isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas) e nos termos da alínea c) do artigo 266.º do EMG NR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 265/93, de 31 de Julho, com a alteração que lhe foi dada pelo artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 504/99, foram promovidos ao posto de cabo por diuturnidade os soldados desta Guarda abaixo indicados, contando a antiguidade e vencimentos do novo posto deste as datas que a cada um se indica:

Inf. 1780869, Filipe António Freire Simões — desde 12 de Julho de 2005.
Inf. 1781155, António Barreira — desde 18 de Julho de 2005.
Inf. 1780612, Valdemar Freitas Pereira — desde 19 de Julho de 2005.

25 de Julho de 2005. — O Chefe do Estado-Maior, interino, *José Manuel da Costa Pereira*, cor. inf.

Direcção-Geral de Viação

Despacho n.º 17 437/2005 (2.ª série). — Por despachos do director-geral de Viação e do subdirector-geral da Administração da Justiça de 12 de Outubro de 2004 e de 18 de Maio de 2005, respectivamente:

Ana Paula Alves Tavares Pinheiro, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração da Justiça — transferida para a mesma categoria e carreira do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Viação, considerando-se exonerada do seu anterior lugar. (Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Julho de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes*.

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Departamento de Recursos Humanos

Despacho (extracto) n.º 17 438/2005 (2.ª série). — Por despacho do Ministro de Estado e da Administração Interna de 15 de Julho de 2005, foi nomeado, nos termos do anexo 1 a que se refere o artigo 39.º do Estatuto do Pessoal da PSP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 511/99, de 24 de Novembro, conjugado com o artigo 102.º da Lei n.º 5/99, de 27 de Janeiro, para o desempenho das funções de inspector da Inspeção-Geral da Direcção Nacional do subintendente M/126974, Henrique Barata Nunes, cessando na mesma data a comissão de serviço no cargo de chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos do Departamento de Recursos Humanos, nos termos do n.º 6 do artigo 87.º do diploma acima referido.

25 de Julho de 2005. — A Directora Nacional-Adjunta, *Maria Teresa Caupers*.

Despacho (extracto) n.º 17 439/2005 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Julho de 2005 da directora nacional-adjunta para a área de Recursos Humanos, proferido no uso da competência delegada, foi concedida a licença sem vencimento pelo período de um ano, nos termos dos artigos 84.º e 85.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com efeitos a partir de 7 de Novembro de 2005, à assessora principal Ana Maria Tavares de Almeida e Bessa, do quadro de pessoal da Polícia de Segurança Pública.

29 de Julho de 2005. — O Director, *João Carlos de Jesus Filipe Ribeiro*.

Despacho (extracto) n.º 17 440/2005 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Julho de 2005 do director nacional da PSP, proferido no uso da competência delegada pelo despacho n.º 13 626/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 117, de 21 de Junho de 2005, foram nomeados no posto de subcomissário do quadro do pessoal com funções policiais, nos termos do n.º 1 do artigo 34.º do Estatuto do Pessoal da PSP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 511/99, de 24 de Novembro, com efeitos reportados a 1 de Julho de 2005, os seguintes aspirantes:

M/149324, Henrique Jorge da Rocha Gomes Figueiredo (a).
M/144478, Néson Santos Ribeiro (b).
M/146232, Rui Manuel Antunes Marques (b).
M/144358, António José Domingos Frascuilho Vicente (b).
M/143553, Carlos Miguel Marques Cachudo (b).
M/145049, Carlos Manuel Teixeira Maia (b).
M/149333, Samuel João Pires Fernandes (a).
M/149326, Carlos Filipe Augusto Lourenço (a).
M/144182, Marco Aurélio Fernandes Lobato (b).
M/149322, Bruno Miguel Ramos Alves (a).
M/149328, Carla Sofia Miranda Duarte (a).
M/149329, Maciel Loureiro da Rocha (a).
M/149330, Filipe Jorge Fernandes (a).
M/145414, Rui Manuel Catarino de Gouveia (b).
M/149325, Bruno Manuel Cardoso Soares (a).
M/145526, Fernando Manuel Antunes Moreira (b).
M/149331, Adriano António Rodrigues Pereira Anselmo (a).
M/149327, Rui Alexandre Gomes Correia (a).
M/149332, Hugo Filipe Miranda Gonçalves Pimentel (a).

(a) Nomeação provisória por um ano, nos termos do artigo 5.º, n.ºs 1 e 2, do Estatuto do Pessoal da PSP e do artigo 6.º, alínea c), do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, sendo remunerados pelo índice 215, nos termos do n.º 4 do artigo 52.º do mesmo Estatuto.

(b) Nomeação por comissão de serviço, nos termos do artigo 6.º, alínea c), do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, por um ano, sendo remunerados pelo índice 240.

29 de Julho de 2005. — O Director, *João Carlos de Jesus Filipe Ribeiro*.

Despacho (extracto) n.º 17 441/2005 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Julho de 2005 do director nacional, proferido no uso do despacho de delegação de competência publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 117, de 21 de Junho de 2005:

Agente M/145578, António José dos Santos Ferreira, do CM de Lisboa — promovido ao posto de agente principal, por concurso de avaliação curricular, nos termos do n.º 1 do artigo 37.º do Estatuto do Pessoal da PSP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 511/99, de 24 de Novembro, com efeitos reportados a 7 de Março de 2005, ficando posicionado no escalão 1, índice 170, da tabela salarial em vigor para a PSP.

29 de Julho de 2005. — O Director, *João Carlos de Jesus Filipe Ribeiro*.

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Despacho n.º 17 442/2005 (2.ª série). — Por decisão de 17 de Dezembro de 2004, reafirmada na reunião de 21 de Junho de 2005,

nos termos do artigo 12.º, conjugado com os artigos 1.º, n.º 1, e 2.º, alínea b), do Decreto-Lei n.º 402/93, de 7 de Dezembro, e com os artigos 1.º, 5.º, 6.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro, e com o despacho n.º 10 543/2005, do director-geral do Ensino Superior, o conselho científico-pedagógico do Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna aprovou, por unanimidade, o curso de pós-graduação em Procedimento Contra-Ordenacional, conforme plano de estudos constante em anexo.

13 de Julho de 2005. — O Presidente do Conselho Científico-Pedagógico, *Alfredo Jorge Gonçalves Farinha Ferreira*.

ANEXO

1 — Estabelecimento de ensino — Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

2 — Curso de pós-graduação em Procedimento Contra-Ordenacional.

3 — Diploma de pós-graduado.

4 — Áreas científicas predominantes no curso — Ciências Policiais e Jurídicas.

5 — Número de créditos ECTS necessários para a obtenção do diploma — 48.

6 — Duração do curso — mil cento e oitenta horas [este número de horas de trabalho do pós-graduando engloba as horas lectivas (TP e P), as horas de trabalho desenvolvidas pelo pós-graduando na preparação das lições e dos trabalhos científicos (dissertações) (TC), de orientação tutória (OT) e de seminários (S)].

7 — Plano de estudos:

Pós-graduação em Procedimento Contra-Ordenacional

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos (ECTS)
			Total	Contacto	
Princípios Gerais das Contra-Ordenações	Ciências Policiais e Jurídicas.	Semestral	70	TP 15 P 10 S 10 TC 35	3
Regime Geral	Ciências Policiais e Jurídicas.	Semestral	120	TP 30 P 30 TC 60	5
Regimes Específicos	Ciências Policiais e Jurídicas.	Semestral	240	TP 60 P 60 TC 120	10
Trabalhos Científicos para Obtenção de Diploma (*)	Ciências Policiais e Jurídicas.	Anual	750	TC 600 OT 150	30
<i>Total</i>			1 180	TP 105 P 90 S 10 TC 795 OT 150	48

(*) A obtenção do diploma de pós-graduado em procedimento contra-ordenacional carece de entrega e avaliação de dois trabalhos científicos, cuja aprovação depende de obtenção de nota superior a 10. Todo trabalho desenvolvido pelo pós-graduando é contabilizado nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 42/2005.

Governo Civil do Distrito da Guarda

Aviso n.º 7291/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 29 de Julho de 2005, são nomeados assistentes administrativos especialistas, da carreira de assistente administrativo, do quadro privativo de pessoal do Governo Civil do Distrito da Guarda, na sequência de concurso interno de acesso misto, Ernestina Augusta Fernandes Dias e Maria Helena Marques dos Santos Silva.

29 de Julho de 2005. — A Governadora Civil, *Maria do Carmo Pires Almeida Borges*.

MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA DEFESA NACIONAL

Portaria n.º 799/2005 (2.ª série). — Manda o Governo, pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e pelo Ministro da Defesa Nacional, por proposta do almirante Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 1.º, n.º 3, alínea a), 2.º, 5.º, 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de Março, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 232/2002, de 2 de

Novembro, nomear o major TINF (048230-H) Américo António da Silva Chaves, para o cargo «AAD PST 0040 — Senior air operations specialist, software functional testing pool, system and software engineering pool» no NATO Programming Centre (NPC), em Glons, Reino da Bélgica, em substituição do tenente-coronel TINF (032137-A) José António Carronha Saraiva, que fica exonerado do referido cargo pela presente portaria na data em que o oficial agora nomeado assuma funções.

Nos termos do artigo 6.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de Março, a duração normal da missão de serviço correspondente ao exercício deste cargo é de três anos, sem prejuízo da antecipação do seu termo pela ocorrência de facto superveniente que obste o decurso normal da mesma.

A presente portaria produz efeitos a partir de 1 de Novembro de 2005. (Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

21 de Junho de 2005. — Pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *João Titterington Gomes Cravinho*, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Portaria n.º 800/2005 (2.ª série). — Manda o Governo, pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e pelo Ministro da Defesa Nacional, por proposta do almirante Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 1.º, n.º 3, alí-